

Rastreabilidade: A Rastreabilidade no Rio Grande do Sul

Jader Tomazetti da
Cunha¹

Carlos Otávio
Zamberlan²

Jacsson Massing¹

Alexandre de Melo
Abicht¹

Ísis Samara
Ruchel Pasquali¹

grapiamarmadeiras@terra.com.br

otaviozamberlan@terra.com.br

jacsson@vigitech.com.br

alex.abicht@gmail.com

isis.bio@oi.com.br

1 Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Curso de Administração, Campus Santa Maria – Santa Maria, RS, Brasil

2 Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), Curso de Administração – Ponta Porã, MS, Brasil

RESUMO

O trabalho tem como objeto demonstrar a situação atual da rastreabilidade, assunto de ascensão no agronegócio, em uma determinada região. Foram realizadas pesquisas descritivas, através da pesquisa de opinião, com os criadores de gado da região central do Rio Grande do Sul, a fim de verificar diversos pontos, tais como: o que os motivou a utilizar a rastreabilidade, as suas dificuldades na implantação, a relação de custo do produto rastreado e não rastreado, se há demanda do produto, a sua satisfação sobre o retorno esperado do investimento e se desejam continuar rastreando. Assim obtiveram um elevado grau de insatisfação por diversos fatores, porém os produtores esperam um retorno em médio e longo prazo do investimento e, também que ocorram incentivos maiores dos frigoríficos na aquisição de seus produtos, para não haver escassez no futuro.

Palavras-chave: 1. Rastreabilidade; 2. Rio Grande do Sul; 3. Certificadores; 4. Segurança Alimentar.

1. INTRODUÇÃO

A rastreabilidade bovina no Brasil no seu início era tida como uma barreira, forma esta de impedir a entrada do produto cárneo brasileiro a outros países, priorizando com isso a produção interna de cada país. Com o passar do tempo, produtores brasileiros perceberam nessa “barreira” uma oportunidade de atender ao mercado externo, adequando-se às suas normas que assim diminuiria o número de fornecedores ao mercado externo, visto que a maioria enxergava isto como uma dificuldade e não como oportunidade.

A implantação da rastreabilidade bovina no Rio Grande do Sul, técnica esta tida como fundamental por países como Estados Unidos e Comunidade Européia, os quais impuseram a utilização dessa técnica em virtude de problemas sanitários vividos anteriormente, devido à ingestão de carne contaminada, veio com o objetivo de dar mais qualidade e competitividade ao produto produzido no estado, que com esta certificação ganhou o mundo novamente. Dessa forma minimizaram os riscos à saúde dos consumidores, tornando-se assim uma exigência para assegurar o bem estar, não devendo ser notada como uma moda passageira.

Os pioneiros na técnica, chegada em meados de 1995 ainda hoje esperam receber um valor diferenciado pelo produto tão valorizado no mercado externo, pois o valor pago nos dias de hoje não difere de rastreado para não rastreado. Esta diferenciação deveria ser oferecida pelos frigoríficos responsáveis pela exportação do produto, que precisa ter origem reconhecida por órgãos regulamentadores e obedecer aos padrões internacionais, sendo considerado dessa forma rastreado. Alguns pecuaristas, no entanto, não vêem motivos para utilização da técnica, desestimulados por não receberem nenhum adicional pelo serviço enquanto por outro lado existem criadores esperançosos, que ainda estimam tempos melhores onde serão finalmente reconhecidos e gratificados.

Diante de um mundo, com tantos problemas ocasionados pelos caprichos e modismos da humanidade, este trabalho partiu em busca de informações as quais devem esclarecer a situação dos pecuaristas fornecedores de gado certificado pela rastreabilidade da região central do Rio Grande do Sul onde foi realizado o estudo.

Após essas considerações dar-se-á início a um processo de pesquisa mais abrangente e profundo, voltado especialmente aos criadores de gado certificados pela rastreabilidade.

Esse trabalho se justifica pelo fato de que o Brasil é um dos maiores produtores de carne do mundo, tendo condições de dominar soberanamente o mercado se atender as exigências dos demais países do globo. Fazendo o uso da técnica de rastreabilidade mercados novos mercados se abrirão e consecutivamente aumentará a lucratividade da cadeia como um todo.

O problema encontrado é o número de produtores que rastreiam seus rebanhos é muito pequeno comparado aos produtores que não rastreiam seus rebanhos sendo apenas um em cada cem criadores em média.

Com isto esta pesquisa tem o objetivo de conhecer o motivo pelo qual é baixo o número de pecuaristas que possuem bovinos rastreados.

2. RASTREABILIDADE

A segurança alimentar é um assunto que hoje está sempre em pauta.

Os “novos” consumidores, a cada dia, melhor informados, estão em constante busca por alimentos mais seguros e saudáveis, pagando inclusive um valor maior pelos mesmos.

A repercussão de um malefício causado por ingestão de algum alimento consumido em qualquer parte do mundo, é hoje uma notícia que se alastra em poucos instantes, independente da distância da ocorrência, devido à globalização e à facilidade de comunicação, podendo causar prejuízos econômicos catastróficos, fechando as portas do produto para o resto do mundo, até que se resolva o problema e o produto volte a ser liberado para comercialização. Esse processo pode levar um tempo considerável caso não se tenha um controle sobre a origem e a composição do produto.

Um exemplo disso foi o que ocorreu com os rebanhos bovinos de alguns estados brasileiros em que houve a incidência de febre aftosa, cancelando por tempo indeterminado as exportações para os países consumidores do produto cárneo.

Segundo Ambrosini *et al.* (2003) a rastreabilidade surgiu da necessidade de se assegurar ao consumidor a origem do alimento carneo, podendo-se assim, em caso de uma contaminação, efetuar a retirada do produto de circulação em menor espaço de tempo e dando-lhes a opção de escolha do produto que julgar por si próprio de melhor qualidade.

Crises recentes na Europa, envolvendo consumo de alimentos de origem animal, alertaram para a necessidade de abordar a cadeia de suprimentos como um todo, ou seja, também o alimento que é fornecido aos animais, já que a Encefalite Espongiforme Bovina (BSE), ou doença da vaca louca, que ocorreu recentemente na Europa, faz parte de um grupo de doenças, classificadas com TSE (Encefalopatia Espongiforme Transmissível), que inclui entre outras, o Scrapie, que afetam ovinos e caprinos e a Doença de *Creutzfeldt-Jakob* (CJD, da sigla em inglês) que afetam humanos. Ou seja, se está diante de doenças interespecíficas, capazes de saltar entre diferentes espécies.

Atribui-se o desenvolvimento de BSE em bovinos, à utilização de proteína animal na confecção de rações a base de farinha de ossos, sangue e vísceras, provavelmente contaminadas por *Scrapie* e preparadas em temperaturas incapazes de exterminar o agente causador da doença.

Conforme Ambrosini *et al.* (2003) ainda é muito para se estudar sobre a causa da doença, mas a hipótese mais aceita é que ela seja determinada por um “prion”, que vem a ser um tipo de proteína. O primeiro caso de BSE foi observado em abril de 1985.

Apenas em novembro de 1986, foi concluído o primeiro exame laboratorial, e somente um ano depois foram publicados os primeiros casos em revistas acadêmicas, quando então se iniciou o debate entre a relação da BSE com a CJD que atinge o sistema nervoso dos humanos de maneira semelhante a dos bovinos, provocando lesões degenerativas de aspecto esponjiforme.

Vários episódios de contaminação de BSE e CJD através do consumo de carne bovina foram registrados em diferentes países da Europa, nos EUA e Japão, e mais recentemente no Canadá, o que deixa os países em alerta e os consumidores em pânico, tendo um reflexo direto no comportamento dos consumidores de todo o mundo. Assim não somente os países da Europa, mas o mundo, viu crescer a necessidade de rever e aprimorar seus sistemas de vigilância e sanidade animal.

Em busca da segurança dos consumidores de carne bovina, a Comunidade Européia, considerada o maior importador/exportador de produtos alimentares, ditou regras únicas para que países membros tenham o mesmo nível de sanidade para todos os produtos consumidos em qual quer dos países da Comunidade, considerando-se um grande e atraente mercado é preciso que se apresente produto condizente com os padrões de segurança exigidos das suas cadeias agroalimentares.

Lutando por um espaço cada dia maior neste mercado está o Brasil, que em 2004, conforme Araújo (2005) conquistou a posição de maior exportador mundial de carne bovina. A cada ano, mais de 1,6 milhões de toneladas de carne são destinados para países europeus, asiáticos, e da América Latina. O Estado do Rio Grande do Sul é responsável por cerca de 9% dessa produção.

O mercado internacional opera com altos padrões de qualidade, exigindo e fiscalizando o cumprimento das normas preestabelecidas. O mercado interno também está se tornando tão exigente quanto o externo. Para continuar atendendo os consumidores nacionais e estrangeiros, é importante ficar atento às novas medidas do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

No Brasil, a rastreabilidade e certificação de origem animal estão regulamentadas através do SISBOV (Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina).

O SISBOV foi lançado em 9 de Janeiro de 2002, através da instrução normativa N.1 que regulou os conceitos e procedimentos para a rastreabilidade e a certificação bovina e bubalina. Posteriormente, em 26 de Fevereiro de 2002, foram publicadas as regras para o credenciamento das empresas certificadoras, através da instrução normativa N. 21. Em 17 de Junho de 2002, as primeiras empresas certificadoras foram credenciadas pelo MAPA e iniciou-se a entrada dos primeiros animais no SISBOV. Em 31 de Julho de 2002, a instrução normativa N. 47 publicou normas complementares para o controle operacional do SISBOV e entidades certificadoras (AMBROSINI, 2003 pg.18).

Em 1º. de setembro de 2002, passou a ser exigido e controlado pelo S.I.F. (Serviço de Inspeção Federal) que os animais a serem abatidos para exportação ao Mercado Comum Europeu fossem obrigatoriamente acompanhados do Documento de Identificação Animal (DIA). Este documento comprova que o animal foi rastreado e certificado por empresas credenciadas.

Conforme Nantes e Machado (pg. 385/386) a Instituição Normativa n.47, de 31 de julho de 2002, aprovou instituições complementares para o controle operacional do SISBOV e instituições certificadoras. Sobre a BND (banco nacional de dados do SISBOV), foram estabelecidos os seguintes objetivos:

- Cadastrar propriedades e locais de permanência temporária de bovinos e bubalinos;
- Cadastrar proprietários de bovinos e bubalinos;
- Emitir os códigos de identificação individual a serem usados nos animais;
- Registrar a data e o local (país, Estado, município, e propriedade) de nascimento de bovinos e bubalinos, bem como a data e o local em que foram identificados;
- Registrar as características raciais e o sexo dos animais;
- Registrar transferências, desaparecimentos ou mortes dos bovinos e bubalinos identificados no SISBOV;
- Disponibilizar senhas de acesso limitado para diferentes usuários;
- Disponibilizar dados para que as certificadoras emitam o DIA;
- Manter o histórico de toda movimentação de bovinos e bubalinos. Registrando locais de origem, destino e datas de entrada e saída bem como informações da Guia de Transito Animal (GTA) correspondente;
- Registrar o manejo alimentar de bovinos e bubalinos identificados na BND;
- Registrar a data e o local de abate de bovinos e bubalinos.

Em setembro do mesmo ano, o SIF passou a exigir que os animais abatidos destinados ao mercado europeu fossem acompanhados do DIA, comprovando que o animal foi rastreado e certificado de acordo com as normas brasileiras.

Em 17 de novembro de 2003, a comissão multissetorial do SISBOV, definiu um cronograma, o qual foi elaborado para alavancar a rastreabilidade no País, e organizado de acordo com o período de vacinação – maio e novembro.

A partir de 1º de junho de 2004, o prazo de permanência na base de dados passou a ser de 90 dias, em substituição a anterior de 40 dias. Em primeiro de dezembro, a permanência aumentou para 180 dias, subindo para 365 dias para os animais que entraram em 1º de junho de 2005. Na opinião da Associação das Empresas de Certificação e Rastreabilidade Agropecuária (ACERTA), esse cronograma representa um avanço no processo, porque a permanência no SISBOV faz o produtor amadurecer o processo de identificação e caminhar no sentido de rastrear todo o rebanho.

Nantes e Machado colocam ainda, que o Brasil enfrenta dificuldades para implantação do sistema, já que se trata de um país com grandes demissões geográficas, pulverização do rebanho e baixo nível econômico e sociocultural, e os principais obstáculos imediatos para implantação são:

- O estabelecimento de regras não bem definidas pelo MAPA, que tem gerado diferentes interpretações em alguns pontos das Instruções Normativas;
- A tentativa de implantação, pelo governo, de um sistema central, sem a possibilidade de participação da iniciativa privada no processo;
- O desenvolvimento de programas de computador pelas certificadoras e pelo próprio MAPA (BND), enquanto o SISBOV se encontra em pleno funcionamento;
- As mudanças constantes, por parte do MAPA, nas regras e nas exigências do programa, por meio das inúmeras portarias.

3. SEGURANÇA ALIMENTAR

O cenário com que o produtor de alimentos se depara hoje é bastante distinto daquele encontrado há poucos anos atrás. As mudanças estão presentes na adequação do foco estratégico, mercado consumidor, tecnologia, cooperação entre empresas, o papel do estado e o comércio internacional.

FONSECA (2002), coloca que o sistema agroalimentar mundial mudou, passando de uma produção de *commodities*, que visava atingir uma quantidade de consumidores, para uma

produção de produtos diferenciados e de qualidade com vistas à segmentação. No tocante a isso o Brasil também está tomando algumas providências.

A segurança alimentar tornou-se prioridade nas políticas públicas do Brasil. Como parte desse esforço, as Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário aplicaram R\$ 4.019.474,35, em 1999, e vêm lançando novas variedades e novas técnicas, acompanhadas de ações de transferência de tecnologias a comunidades e à sociedade em geral. Isso tem levado à produção de alimentos de qualidade superior, mais nutritivos, atendendo à demanda dos novos consumidores, mais preparados e exigentes. Com o abastecimento interno regularizado e estabilizado, o País poderá aumentar o volume de produção disponível para exportação, o que progressivamente transformará o Brasil em um dos maiores fornecedores de alimentos do mundo (site da EMBRAPA 1999).

Conforme Nantes e Machado (2005) através do controle de todas as fases de produção, industrialização, transporte, distribuição e comercialização, a rastreabilidade surgiu como uma maneira de agregar uma espécie de garantia de qualidade ao produto o qual é possível assegurar a origem e o manejo realizado desde o campo até a o prato do consumidor, a exemplo das parcerias realizadas pela EMBRAPA.

A Embrapa Gado de Corte, em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Meio Ambiente (Fundapan), Prefeitura Municipal de Campo Grande, a empresa Arildo Carnes Especial e o Supermercado Wagner, criou o Programa Carne de Qualidade, um modelo para a indústria da carne bovina brasileira. Com a integração de toda a cadeia produtiva, produtores, frigoríficos e varejistas, os consumidores podem saber, de qualquer corte, a identificação do animal, sua raça, idade, sexo e manejo alimentar, além da propriedade que o produziu. O consumidor também recebe um formulário para avaliação da carne adquirida. A Embrapa investiu na construção de um Laboratório de Carcaças e em pessoal técnico para produzir, avaliar e certificar a carne produzida (site EMBRAPA 1998).

Para Nantes e Machado (2005), a rastreabilidade é uma ferramenta capaz de identificar o histórico possibilitando avaliar as procedências de reclamação do mercado e dados para administrar eventuais crises, fornecendo subsídio suficiente para embasar a análise e justificar processos de responsabilidade ou defesa da empresa, além de permitir à empresa controlar seus riscos antes de se expor no mercado, o que ocorre em quatro níveis:

1. *Demanda da rastreabilidade pela organização:* sendo utilizada como uma ferramenta de melhoria contínua, produzindo de acordo com o perfil do cliente desejado, ganhando diferencial de competitividade e internacionalização.
2. *Demanda da rastreabilidade pelo cliente:* onde o cliente pode acompanhar a conformidade do produto através do processo de produção em qualquer momento e lugar, oferecendo também garantia de responsabilidade pela empresa.
3. *Demanda da rastreabilidade para atender ao aspecto legal:* a rastreabilidade permite o atendimento da legislação específica, como é o caso Europeu, regulamento 178/2002, artigo 18 que segundo Nantes e Machado(2005), assegura a todas as fases de produção, transformação e distribuição a rastreabilidade dos gêneros alimentícios e demais substâncias incorporadas a eles ou em alimentos animais. Além disso, exige a rotulagem ou identificação para facilitar a rastreabilidade.
4. *Demanda da rastreabilidade no social e na saúde pública:* é de responsabilidade da empresa, assegurar o bem estar e a saúde da sociedade, produzindo alimentos seguros, que conquistem a confiança do consumidor tornando-o fiel à marca de sua preferência que ouve e atende suas reclamações e está preocupada com a saúde pública oferecendo ao mercado um produto de origem e produção monitorada do início ao fim podendo ser detectado a qualquer momento um problema qualquer, minimizando perdas a empresa e principalmente aos consumidores.

Esse regulamento deixa claro que atender a requisitos legais é compromisso e dever de toda e qualquer organização.

4. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto pela pesquisa, foram definidos como população, os criadores de gado rastreado da região central do estado. A população soma um total de dez pecuaristas, com 02 propriedades localizadas em cada municípios vizinho, São Martinho da Serra, com 600 animais e 500 animais; Dilermando de Aguiar com 20.000 animais e 25.000 animais; São Pedro do Sul com 700 animais e 1.000 animais; Formigueiro com 1500 animais e 1.200 animais; São Vicente do Sul com 1200 animais e 1.000 animais.

O presente trabalho constitui-se de natureza descritiva que sendo Gil (2002), “observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los”.

A pesquisa foi realizada através de um questionário criado pelos autores, em maio de 2006, estruturado, aplicado com técnica de entrevista pessoal ao produtor, mesclando perguntas fechadas e abertas, buscando verificar os motivos do uso da rastreabilidade e as principais dificuldades para implantação da técnica pelos pecuaristas. Pesquisa essa que gerou dados e de acordo com Gil (2002) “os dados, por ocorrerem em seu *hábitat* natural, precisam ser coletados e registrados ordenadamente para seu estudo propriamente dito”.

A coleta de dados realizada entre os fornecedores de gado rastreado, utilizou uma pesquisa de opinião, que segundo Gil (2002) “procura saber atitudes, pontos de vista e preferências que as pessoas têm a respeito de algum assunto, com o objetivo de tomar decisões”.

5. ANÁLISE DE RESULTADOS

De acordo com a entrevista realizada junto a criadores de gado, foi possível desenvolver as seguintes tabelas:

Tabela 1. O que influenciou o produtor a rastrear

OPINIÕES	FREQUÊNCIA
	%
Oferecer produto de maior qualidade ao consumidor	20
Redução de custo de produção	00
Aumento de receita por animal rastreado vendido	80
TOTAL	100

Fonte – Pesquisa realizada pelos autores, 2006.

A tabela 1 nos mostra que 80% dos pecuaristas foram influenciados a rastrear os rebanhos para alcançar melhores preços, estes oferecidos pelo mercado externo, que impõe a rastreabilidade do rebanho, como requisito indispensável para aquisição do produto.

Percebe-se também que já começa despertar entre os produtores, uma preocupação em oferecer produtos de melhor qualidade a seus consumidores, fazendo uso da rastreabilidade para agregar valor à carne produzida.

Tabela 2. Maior dificuldade encontrada para implantar a técnica

OPINIÕES	FREQUÊNCIA
	%
Atualização de dados sobre o rebanho	80
Custo elevado	20
TOTAL	100

Fonte – Pesquisa realizada pelos autores, 2006.

Conforme a tabela 2, um total de 80% da população, encontra na atualização de dados sua maior dificuldade em rastrear, pois é preciso informar todo e qualquer movimento dos animais, bem como o período que devem permanecer em pastagens ou confinamentos (alimentando-se com rações), assim como vacinas, desvermificação, banhos e manejo do rebanho em geral.

Apenas dois dos dez criadores refere-se ao custo como maior dificuldade, tratando-se de um fato isolado constatado que são os pecuaristas que optaram por uma certificadora diferente dos demais entrevistados, levando a crer que seja uma questão de taxas particulares de cada certificadora.

Tabela 3. Diferenciação de custo por animal rastreado e não rastreado

OPINIÕES	FREQUÊNCIA
	%
Sim, custo superior a 10%	20
Sim, custo entre 05 e 10% superior	00
Sim, mas inferior a 05%.	40
Não existe diferença significativa de custo.	40
TOTAL	100

Fonte – Pesquisa realizada pelos autores, 2006.

Tendo nesta questão da tabela 3 as opiniões mais divididas, pode-se constatar mais uma vez que apenas dois criadores, representando um total de 20% da população se referem ao custo superior a 10% como um agravante em rastrear o rebanho, tendo eles uma certificadora diferente dos demais.

O restante da população se divide em 40% para o custo inferior a 05% e 40% considerando a diferença de custo como fator insignificante para optar pela rastreabilidade ou não do rebanho, alegando que o trabalho com o rebanho é o mesmo tendo apenas um pequeno custo com brincos e certificadora.

Tabela 4. Existe ou não de procura por gado rastreado na região

OPINIÕES	FREQUÊNCIA
	%
Sim	20
Não	80
TOTAL	100

Fonte – Pesquisa realizada pelos autores, 2006.

A procura por gado rastreado segundo 80% da população entrevistada é quase que inexistente no momento atual, justificativa esta que os produtores acreditam ser devido a poucos frigoríficos atenderem o mercado externo, que exige gado rastreado.

Contrastando com 80% do total da população temos 20% que dizem não ter problemas com a procura e considera um diferencial por hora, embora pouco vantajoso monetariamente falando.

Tabela 5. Retorno do investimento é o esperado sim ou não

OPINIÕES	FREQUÊNCIA
	%
Sim	20
Não	80
TOTAL	100

Fonte – Pesquisa realizada pelos autores, 2006.

Através da tabela 5 e 6 percebe-se que 80% da população considera a procura por gado rastreado um fator desestimulante a implementação da técnica, visto que o custo é maior e o retorno é o mesmo do não rastreado, mas com expectativa de um futuro promissor e de procura por “animais tipo exportações” continuam investindo com esperança de alcançar melhores preços num mercado futuro em que serão pioneiros e possuidores de animais prontos para abate e posterior exportação.

Acompanhando a tendência de novos mercados, mais informados e conseqüentemente mais exigentes está 20% da população de entrevistados, representado por dois produtores que em pergunta aberta se difere dos demais alegando que não vêem diferença significativa do preço pago por animal rastreado, mas insistem em rastrear para oferecerem aos seus clientes um produto de melhor qualidade fidelizando-o dessa forma oferecendo uma garantia de produto com procedência sadia através do processo de rastreabilidade.

Tabela 6. Pretensão de continuar ou não rastreando

OPINIÕES	FREQUÊNCIA
	%
Sim	80
Não	20
TOTAL	100

Fonte – Pesquisa realizada pelos autores, 2006.

Como se pode observar na tabela 6, 80% da população entrevistada pretende dar continuidade no processo de rastreabilidade, estimando que a procura pelo produto cresça na medida em que o mercado externo com suas barreiras sanitárias proporcione uma diminuição de oferta de carne, pois passa a adquirir somente produtos certificados e com isso um conseqüente melhoramento do preço aos poucos certificados, pois no Rio Grande do Sul ainda é pequeno o número de criadores que estão acreditando em novos tempos onde os consumidores sentirão a necessidade de saber a origem do produto que irão consumir. Com a escassez de gado rastreado no mercado, acreditam os produtores que haverá uma procura superior a oferta o que automaticamente inflacionará o preço atual, chegando o momento de colher os resultados desejados atualmente.

Contudo, 20% pretendem desistir da técnica até que esta se torne obrigatoriedade, pois no momento ela é vista apenas como mais uma dificuldade na produção.

6. COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Diante de um cenário agro-econômico instável onde informações têm o poder de ocasionar grandes oscilações positivas ou negativas conforme a situação e o produto trabalhado, os pecuaristas criadores de gado se encontram acuados, com a política agrária que impõe obrigações sem dar nenhum direito em troca.

Com o custo de produção cada dia mais alto e em contra partida a desvalorização da arroba do boi, o produtor se encontra pressionado por um mercado voraz, que exige qualidade agregada a preço baixo, o que o mercado de *commodities* não está conseguindo proporcionar devido à suba desenfreada dos insumos necessários para produção e o baixo valor pago ao produto final.

Como se não bastasse toda essa situação, o mercado externo, devido a focos Encefalite Espongiforme Bovina (BSE) e outras do grupo da TSE como se pode constatar anteriormente, impõe aos seus fornecedores a necessidade de certificação através de rastreabilidade para que possam adquirir a carne bovina, segura de sua procedência.

Contudo, os produtores visando, em sua grande maioria, o aumento da lucratividade, investiram na técnica que atualmente ainda não é recompensada pelos frigoríficos, que oferecem o mesmo valor pelo animal rastreado ou não.

Mesmo assim, a maioria dos pecuaristas continua investindo na técnica, com a expectativa de serem recompensados em um futuro próximo, onde as empresas estarão aptas a atender o mercado externo, ou tirando proveito de situações como a do estado do Mato Grosso do Sul quarto maior exportador de carne bovina do Brasil, que passou por momentos terríveis tendo que sacrificar grande parte do seu rebanho devido à febre aftosa, ocasionando por outro lado uma oportunidade de negócios para outros estados da federação como o Rio Grande do Sul que precisa estar preparado, com rebanho que atenda as exigências e frigoríficos regulamentados.

Assim sendo, após análise dos fatores e resultado das pesquisas realizadas com os criadores de gado, fica claro e sugestivo que os frigoríficos precisam implantar um sistema de

incentivo a rastreabilidade dos rebanhos gaúchos, pagando um valor adicional pela arroba de animal certificado, para que no segundo momento não aja escassez do produto.

Diante disso é possível entender o pequeno número de produtores que fazem uso da técnica de rastreabilidade, pois há um aumento de serviços a serem executados como manejo e transmissão de informações, um pequeno custo monetário a mais e nenhum diferencial pago, no momento da venda com relação aos animais não rastreados aos frigoríficos.

7. CONCLUSÃO

Após a análise dos resultados pode-se concluir que:

- Existe a rastreabilidade bovina no centro do estado do Rio Grande do Sul, sendo esta parcial, ou seja, nem todos rastreiam seus rebanhos. Os pecuaristas que abastecem os frigoríficos não estão contentes com a atual situação, onde o preço pago ao animal não rastreado é indiferente do pago ao animal certificado (rastreado);
- Com isso fica claro o motivo que justifica o baixo número de pecuaristas que fazem uso da rastreabilidade, pois o envolvimento pessoal é maior, o investimento embora pequeno existe e o valor recebido é o mesmo do animal que não é rastreado, dessa forma não a nada que os incentive a aumentar o número de animais rastreados, ou que anime outros pecuaristas a buscar a técnica;
- Assim sendo, foi sugerido aos criadores exigirem uma bonificação para gado rastreado dos frigoríficos, com a intenção de aumentar o número do rebanho para que num mercado futuro não ocorrer escassez do produto certificado (rastreado).

8. REFERÊNCIAS

AMBROSINI, L. B. et al. Rastreabilidade e Certificação. Porto Alegre: Planejar Brasil, 2003.

ARAÚJO, M. J. Fundamentos de Agronegócios. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BRANDÃO, V. A vez da carne. EXAME ano 40, n. 11, 07 de junho de 2006.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Publicações. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicações/balsoc1998/seguranca/>> Acesso em: 20 de março de 2006.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Publicações. Disponível em: <<http://www.embrapa.br/publicações/balsoc1998/segalim/>> Acesso em: 20 de março de 2006.

FONSECA, Maria Fernanda A C. Cenários do SAA no Século XXI: Algumas Tensões e Negociações Encaradas pelo Enfoque Orgânico e Agropecuário e Agroecológico. In: CONFERENCIA VIRTUAL GLOBAL SOBRE PRODUÇÃO ORGANICA DE BOVINOS DE CORTE. EMBRAPA, 2002. Disponível em: <<http://ww.cpap.embrapa.Br/agencia/congressovirtual/pdf/português/05pt02>> Acesso em: 29 de março de 2006.

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Índices. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.Br>> Acesso em: 29 de março de 2006.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG Gary. Princípios de Marketing, 9. ed. São Paulo: Pearson, 2004.

KOTLER, Philip. Administração de Marketing: Novo Capítulo, o Marketing na Nova Economia. 10. ed. São Paulo: Pearson, 2000.

MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Estatísticas do Agronegócio. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.agricultura.org.br/estatisticas>> Acesso em: 29 de março de 2006.

NANTES, J. F. D. e MACHADO, J. G. Segurança dos Alimentos e Rastreabilidade: O Caso da Carne Bovina no Brasil. In: BATALHA, M. O. (org) Gestão do Agronegócio: Textos Seleccionados. São Carlos: UFScan, 2005.